

Senado será todo do PDS

Wanderley Pereira

Brasília — O próximo Senado, que começa a funcionar em 1º de março de 1983, terá 46 integrantes do PDS — dois terços dos votos — os quais poderão aprovar sozinhos as matérias do Governo. Essa vantagem sobre a Oposição, cuja bancada será de apenas 23 membros, dará ainda ao PDS poderes para acabar com a obstrução que impôs a Casa uma legislatura estéril, como reconheceu seu próprio presidente, Jarbas Passarinho, ao se despedir do cargo e do mandato, no último dia 5.

Na legislatura que terminou, a maioria precária do Governo — 36 contra 31 das oposições — emperrou o Senado. Isso Passarinho já reconhecia na condição de líder, em 1980, quando teve de negociar com o PP, na época com nove integrantes, para aprovar alguns projetos de resolução (empréstimos), às vésperas do recesso daquele ano. O PDS tinha 36 senadores, dos quais três estavam doentes. Como o **quorum** para votação é de 34 ele teve que recorrer à oposição, praticando um "ato de humildade", conforme interpretou sua atitude naquele dia.

Este retrato do Senado estéril, porém, foi retirado da parede no dia 5 de dezembro quando o Congresso entrou em recesso. Otimistas e eufóricos com a larga maioria do PDS, alguns dos seus líderes afirmam que o Senado de 1983 não será mais a "Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Choca Urubu", apelido que lhe deu o Senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES), principal responsável pela obstrução, que também se retira de plenário porque não se reelegera.

Com toda essa força que o PDS promete, Virgílio Távora, que retorna à Casa depois de quatro anos no Governo do Ceará, pondera, contudo, para uma mudança do Regimento ("sua adaptação ao do Congresso") para permitir que o processo legislativo flua sem perturbações. Qualquer alteração, porém, é interpretada como uma perda a mais para a Oposição, que se verá privada do exercício de um instrumento comum às mino-

rias. O Senador Passos Porto (PDS-SE) diverge de Távora. Acha que o rolo compressor do PDS prevalecerá facilmente sobre a Oposição "e isso é até muito bom para dar maior estabilidade ao Congresso".

Esse o quadro do Senado quanto ao desempenho do seu processo legislativo. As perspectivas de mudanças, porém, são altamente promissoras, no entendimento dos seus principais líderes, não apenas pela nova época que viverá depois das eleições diretas de governadores, como também pela renovação que sofre nos seus quadros, em razão de sua futura composição.

Esses mesmos líderes — do PDS e da Oposição — acham que apesar das perdas consideráveis na qualidade de sua composição, como as de Paulo Brossard (PMDB-RS), Jarbas Passarinho (PDS-PA) e de Tancredo Neves, Franco Montoro e outros que foram eleitos governadores, o Senado receberá "novas estrelas", segundo José Sarney, presidente do PDS. Entre elas, Roberto Campos (PDS-MT), Marco Maciel (PDS-PE), Virgílio Távora (PDS-CE), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Severo Gomes (PMDB-SP), Albano Franco (PDS-SE). Voltam, ainda, Luis Viana (PDS-BA), Roberto Saturnino (PDT-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS), que perdeu a eleição para governador, mas tem mais quatro anos de mandato no Senado.

O Senador Itamar Franco (PMDB-MG), o único reeleito pelo PMDB, não arrisca nenhuma opinião sobre o novo Senado. "Vamos ver, primeiro, na prática, o desempenho de cada um", referindo-se aos novos eleitos. Marcondes Gadelha, ex-PMDB, que vem ao Senado pelo PDS da Paraíba, acha que a Casa exercerá importante papel na consolidação da democracia: "Os senadores serão mais senadores".